

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III - Movimentação das provisões constituídas

	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo no início do exercício de 2014	305	263
Atualização monetária	-	10
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	43	-
Baixa por pagamento	(126)	-
Saldos no final do exercício de 2014 (Notas 8a e b)	222	273

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	828	4.830
Provisões fiscais (Nota 7b)	273	263
Impostos e contribuições a recolher	13	12
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 14c).....	171	144
Total	1.285	5.249

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisão para pagamento a efetuar	266	91
Provisões cíveis (Nota 7b)	222	305
Outras	89	-
Total	577	396

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 13.500 mil (2013 - R\$ 7.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 127.699.786 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 1º de janeiro de 2013.....	127.699.786	172.000
Redução de capital - AGE de 30.7.2013 (Nota 1)	-	(165.000)
Em 31 de dezembro de 2013.....	127.699.786	7.000
Aumento de capital (1)	-	6.500
Em 31 de dezembro de 2014.....	127.699.786	13.500

(1) Em 6 de junho de 2014, o BACEN homologou a AGO/E de 30 de abril de 2014 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Legal no montante de R\$ 6.500 mil, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros.....	14.157	19.326
- Reserva legal (1)	4.682	11.115
- Reserva estatutária (2)	9.475	8.211

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido	1.344	8.730
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(67)	(436)
Base de cálculo	1.277	8.294
Dividendos propostos	13	83
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,10	0,65

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Propaganda e publicidade	152	154
Serviços técnicos especializados	104	53
Serviços do sistema financeiro	14	15
Contribuições	9	68
Outras	6	5
Total	285	295

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
COFINS	115	642
PIS	19	105
Outras	8	13
Total	142	760

12) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reversão de provisões operacionais	141	42
Variações monetárias	67	49
Total	208	91

b) Outras despesas operacionais

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Indenizações cíveis	-	281
Provisões cíveis	43	121
Patrocínio de caráter cultural	250	239
Outras	9	7
Total	302	648

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	2014	2013	2014	2013
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto)	47	16	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto) ...	(13)	(83)	-	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	2.358	14.449
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(943)	(5.780)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(104)	(95)
Outros valores	33	156
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.014)	(5.719)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(985)	(5.742)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(29)	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.014)	(5.719)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em	Saldo em
	31.12.2013	31.12.2014
Provisões para perda de investimentos	256	-
Provisões para desvalorização de bens não de uso.....	16	-
Provisões fiscais e cíveis	214	49
Outros valores	36	36
Total dos créditos tributários (Nota 6)	522	85
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a)	144	27
Total dos créditos tributários líquido das obrigações fiscais diferidas.....	378	85

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil	
	Diferenças temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social
2015.....	82	49
2016.....	106	64
2017.....	116	70
2018.....	4	2
Total	308	185

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 464 mil (2013 - R\$ 492 mil).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Everest Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8.10.2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até essa data, ficam mantidos os valores limites atuais.

e) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

OPINIÃO

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

VISITE NOSSA LIVRARIA VIRTUAL

www.imprensaoficial.com.br/livraria



Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 58
São Paulo, sexta-feira, 27 de março de 2015

Página 127

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No final do exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 1,3 milhão, correspondente a R\$ 10,52 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 27,7 milhões e Ativos Totais de R\$ 29,5 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	29.138	31.749	CIRCULANTE	1.209	5.321
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	47	16	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.209	5.321
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	27.868	30.718	Sociais e Estatutárias (Nota 9d)	13	83
Carteira Própria	27.325	30.228	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	841	4.842
Vinculados à Prestação de Garantias	543	490	Diversas (Nota 8b)	355	396
OUTROS CRÉDITOS	1.223	1.015	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	666	407
Diversos (Nota 6)	1.223	1.015	OUTRAS OBRIGAÇÕES	666	407
OUTROS VALORES E BENS	-	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a)	444	407
Outros Valores e Bens	39	67	Diversas (Nota 8b)	222	-
Provisões para Desvalorizações	(39)	(67)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.657	26.326
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	394	305	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS	394	305	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	13.500	7.000
Diversos (Nota 6)	394	305	Reservas de Lucros (Nota 9c)	14.157	19.326
TOTAL	29.532	32.054	TOTAL	29.532	32.054

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.523	2.879	16.059
Operações de Crédito	3	3	5
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.520	2.876	16.054
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.523	2.879	16.059
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(344)	(521)	(1.612)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(115)	(285)	(295)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(71)	(142)	(760)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12a)	122	208	91
Outras Despesas Operacionais (Nota 12b)	(280)	(302)	(648)
RESULTADO OPERACIONAL	1.179	2.358	14.447
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	2
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.179	2.358	14.449
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)	(554)	(1.014)	(5.719)
LUCRO LÍQUIDO	625	1.344	8.730
Número de ações (Notas 9a e b)	127.699.786	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$	4,89	10,52	68,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.179	2.358	14.449
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	31	53	116
Provisões Cíveis e Fiscais	31	53	116
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.210	2.411	14.565
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.020)	2.850	307.441
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(235)	(327)	(295)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	130	139	(126)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(73)	(4.959)	(9.538)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	12	114	312.638
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	(83)	(147.675)
Redução de Capital	-	-	(165.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) de Atividades de Financiamentos	-	(83)	(312.675)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	31	(37)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	35	16	53
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	47	47	16
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	31	(37)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2014	13.500	4.651	8.887	-	27.038
Lucro Líquido	-	-	-	625	625
Destinações: - Reservas	-	31	588	(619)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31.12.2014	13.500	4.682	9.475	-	27.657
Saldos em 31.12.2012	172.000	10.679	147.527	-	330.206
Redução de Capital	(165.000)	-	-	-	(165.000)
Pagamento de Dividendos com Reserva	-	-	(147.527)	-	(147.527)
Lucro Líquido	-	-	-	8.730	8.730
Destinações: - Reservas	-	436	8.211	(8.647)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(83)	(83)
Saldos em 31.12.2013	7.000	11.115	8.211	-	26.326
Aumento de Capital com Reserva	6.500	(6.500)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	1.344	1.344
Destinações: - Reservas	-	67	1.264	(1.331)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(13)	(13)
Saldos em 31.12.2014	13.500	4.682	9.475	-	27.657

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
Descrição	2º Semestre 2014	%	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	%	2013	%	
1 - RECEITAS	1.365	109,2	2.785	111,3	15.504	101,9	
1.1) Intermediação Financeira	1.523	121,8	2.879	115,2	16.059	105,6	
1.2) Outras	(158)	(12,6)	(94)	(3,9)	(555)	(3,7)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(115)	(9,2)	(285)	(11,3)	(295)	(1,9)	
Contribuições	(9)	(0,7)	(9)	(0,4)	(68)	(0,4)	
Propaganda e Publicidade	(59)	(4,7)	(152)	(6,1)	(154)	(1,0)	
Serviços Técnicos Especializados	(36)	(2,9)	(104)	(4,0)	(53)	(0,3)	
Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(0,6)	(14)	(0,6)	(15)	(0,2)	
Outras	(4)	(0,3)	(6)	(0,2)	(5)	-	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.250	100,0	2.500	100,0	15.209	100,0	
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.250	100,0	2.500	100,0	15.209	100,0	
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.250	100,0	2.500	100,0	15.209	100,0	
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	625	50,0	1.156	46,2	6.479	42,6	
Federal	625	50,0	1.156	46,2	6.479	42,6	
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	625	50,0	1.344	53,8	8.730	57,4	
Dividendos	6	0,5	13	0,5	83	0,5	
Lucros Retidos	619	49,5	1.331	53,3	8.647	56,9	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing ou Instituição) tem como objetivo, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Em 2 de agosto de 2013, o Banco Central do Brasil (BACEN) aprovou a Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 do Conselho de Administração da Instituição, propondo ajustar seu capital próprio às suas necessidades mediante a redução em R\$ 165.000 mil, sem cancelamento de ações, nos termos do Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, restituído em dinheiro ao Banco Bradesco Financiamentos S.A., seu único acionista (Nota 9b).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram para uma negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Disponibilidades em moeda nacional	47	16
Total de disponibilidades (caixa)	47	16
Total caixa e equivalentes de caixa	47	16

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2014		2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos (1)						
Títulos para negociação (3):						
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	1.583
Debêntures	-	-	-	1.068	1.068	2.221
Letras financeiras do tesouro	909	156	2.805	8.865	12.735	12.738
Notas do tesouro nacional	13.384	-	-	13.384	13.384	2.920
Letras do tesouro nacional	681	-	-	681	681	1.174
Total em 2014	14.974	156	2.805	9.933	27.868	27.871
Total em 2013	3.724	1.995	6.317	18.682		30.718

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Títulos de renda fixa	53	38
Fundos de investimento	2.823	16.016
Total	2.876	16.054

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Everest Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

|--|

